

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

Agrupamento de Escolas

Poeta Joaquim Serra

MONTIJO

2014
2015

Área Territorial de Inspeção
do Sul

CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	ES
Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, Montijo				•	•
Jardim de Infância de Atalaia, Montijo	•				
Jardim de Infância de Sarilhos Grandes, Montijo	•				
Escola Básica da Rosa dos Ventos, Afonsoeiro, Montijo	•	•			
Escola Básica do Alto Estanqueiro, Montijo	•	•			
Escola Básica de Areias, Montijo	•	•			
Escola Básica do Esteval, Montijo	•	•	•	•	
Escola Básica de Afonsoeiro, Montijo		•			
Escola Básica de Jardia, Montijo		•			
Escola Básica de Novos Trilhos, Atalaia, Montijo		•			
Escola Básica de Sarilhos Grandes, Montijo		•			
Escola Básica da Lançada, Hortinha, Montijo		•			

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do [Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra – Montijo](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 2 e 5 de março de 2015. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento e as escolas básicas de Jardim, de Novos Trilhos, do Esteval, de Areias e da Rosa dos Ventos, as três últimas com jardim de infância.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização do Agrupamento, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório do Agrupamento e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da [Avaliação Externa das Escolas 2014-2015](#) serão disponibilizados na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra foi criado em agosto de 2010, na sequência da agregação da escola secundária com o mesmo nome e do Agrupamento de Escolas Maestro Jorge Peixinho. Situa-se no concelho do Montijo, distrito de Setúbal e abrange as freguesias de Sarilhos Grandes e as que integram as Uniões de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e de Atalaia e Alto do Estanqueiro-Jardia. É constituído por dois jardins de infância, oito escolas básicas do 1.º ciclo, três das quais com educação pré-escolar, pela Escola Básica do Esteval e pela Escola Secundária Poeta Joaquim Serra (escola-sede). No âmbito do primeiro ciclo da avaliação externa das escolas, o Agrupamento Maestro Jorge Peixinho e a Escola Secundária Poeta Joaquim Serra foram avaliados em maio e abril de 2010, respetivamente.

No ano letivo de 2014-2015, o Agrupamento é frequentado por 2952 crianças e alunos: 348 na educação pré-escolar (14 grupos); 948 no 1.º ciclo do ensino básico (42 turmas); 430 no 2.º ciclo (17 turmas); 620 no 3.º ciclo (27 turmas); 53 nos percursos curriculares alternativos (três turmas); 33 no Programa Integrado de Educação e Formação (duas turmas); 68 nos cursos vocacionais (três turmas); 50 nos cursos de educação e formação de adultos (duas turmas, uma de nível básico e outra de secundário); 283 nos cursos científico-humanísticos (10 turmas) e 119 nos cursos profissionais (sete turmas).

O Agrupamento conta, também, com duas unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo. Dispõe, ainda, do Centro de Qualificação e Ensino Profissional Poeta Joaquim Serra desde janeiro de 2014.

Relativamente à ação social escolar, verifica-se que 65% dos alunos não beneficiam de auxílios económicos. Já no que respeita às tecnologias de informação e comunicação, 78,1% dos alunos do ensino básico possuem computador com internet, em casa, percentagem que sobe para 85,7% quanto aos do ensino secundário. O Agrupamento é frequentado por 8% de alunos de nacionalidades estrangeiras, provenientes de 24 países diferentes.

A educação e o ensino são assegurados por 218 docentes, dos quais 84,4% pertencem aos quadros. A experiência profissional é significativa, pois 93,5% lecionam há 10 ou mais anos. O pessoal não docente é composto por 108 profissionais e apenas 28,7% destes têm 10 ou mais anos de serviço.

Os dados relativos à formação académica dos pais e das mães dos alunos do ensino básico revelam que 6% têm formação de nível superior e 11% de secundário. Quanto aos dos alunos do ensino secundário, verifica-se que 9% possui habilitações de nível superior e 18% de secundário. No que respeita à sua ocupação profissional, 20,9% dos pais e encarregados de educação dos alunos do ensino básico exercem atividades de nível superior e intermédio, percentagem que desce para 14,9% relativamente aos dos alunos do ensino secundário.

De acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativos ao ano letivo de 2012-2013, o Agrupamento, quando comparado com as outras escolas públicas, apresenta valores das variáveis de contexto bastante favoráveis, embora não seja dos mais favorecidos. Destacam-se a percentagem de raparigas, a percentagem de alunos que não beneficiam de ação social escolar, a média do número de anos da habilitação dos pais e das mães e a percentagem de docentes do quadro.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Na educação pré-escolar, a avaliação do percurso de cada criança e do respetivo grupo tem permitido saber que a maioria realiza progressos nas aprendizagens, tendo por base as áreas de conteúdo e, como referência, as metas de aprendizagem. Com efeito, o cumprimento de regras pelas crianças e a expressão oral foram áreas identificadas como carecendo de um maior enfoque na prática educativa, pelo que as docentes têm implementado diferentes estratégias para as ultrapassar, recorrendo, por exemplo, a projetos transversais, como *Com os outros construo um sorriso*. No mesmo sentido, as educadoras refletem sobre as suas práticas, partilham experiências e realizam formação adequada.

São de salientar os resultados observados nas taxas de conclusão dos 4.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade e na avaliação externa em português do 12.º ano que estão acima dos valores esperados, quando comparados com os das escolas com valores análogos nas variáveis de contexto, determinados para o ano letivo de 2012-2013. São também de registar os resultados da avaliação externa do 4.º ano e em português do 6.º ano que se encontram em linha com os valores esperados. Contudo, a taxa de conclusão do 6.º ano e os resultados na avaliação externa do 9.º ano, em matemática dos 6.º e 12.º anos e em história do 12.º ano estão aquém dos valores esperados.

Em termos de evolução, ao longo do triénio de 2010-2011 a 2012-2013, é de referir que os valores observados nas taxas de conclusão dos 4.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade e na avaliação externa em matemática do 4.º ano e em português do 12.º ano apresentam uma tendência de melhoria. Todavia, os resultados da avaliação externa em português do 9.º ano e em matemática e história do 12.º ano traduzem uma tendência de agravamento.

O Agrupamento apresenta valores das variáveis de contexto genericamente favoráveis. Os resultados observados situam-se globalmente em linha com os valores esperados, quando comparados com os das escolas com valores análogos nas variáveis de contexto, determinados para o triénio em análise, o que pode significar a possibilidade de melhoria e de sustentabilidade da ação educativa.

No que respeita às outras ofertas formativas, os seis cursos profissionais, cujos ciclos de formação foram concluídos nos últimos quatro anos letivos, apresentam taxas de conclusão baixas, oscilando entre 28,6% e 78,6%. Os cursos vocacionais, no ano letivo de 2013-2014, mostram taxas de sucesso também reduzidas nos 2.º e 3.º ciclos (64,7% e 72,7%, respetivamente).

As causas subjacentes às taxas de sucesso no 2.º ano de escolaridade, que têm sido, em cada um dos anos letivos do triénio de 2011-2012 a 2013-2014, sempre as mais baixas relativamente aos outros anos do ciclo, não estão identificadas de forma objetiva, o que pode ter repercussões negativas na conceção de estratégias para a melhoria do sucesso escolar neste ciclo.

A análise e a reflexão sobre os resultados escolares, realizadas nos diferentes órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e integradas nos respetivos relatórios de autoavaliação, apontam diferentes causas que determinam o insucesso. Contudo, estas remetem, de um modo geral, para a falta de responsabilidade e empenho dos alunos, para as dificuldades no seu acompanhamento por parte dos pais e encarregados de educação e para o contexto (económico e social). Deste modo, a análise sistemática dos resultados não está ainda centrada na identificação dos fatores explicativos intrínsecos aos processos de ensino e de aprendizagem, de forma a ser possível uma ação estratégica com a construção de planos de melhoria eficazes.

Nos últimos quatro anos letivos verificou-se um ligeiro aumento das taxas de abandono escolar no ensino básico, cujos valores, em 2013-2014, foram 1,0%, 3,6% e 4,7% para os 1.º, 2.º e 3.º ciclos, respetivamente. No ensino secundário, houve uma redução de 8,8% em 2010-2011 para 5,3% em 2013-2014.

RESULTADOS SOCIAIS

As ações de solidariedade, transversais a todos os níveis de educação e ensino e reconhecidas pela comunidade educativa, promovem o desenvolvimento cívico e o sentido de iniciativa na sociedade local, são dinamizadas com a participação voluntária das crianças e dos alunos e com o envolvimento dos pais e encarregados de educação, docentes e não docentes, na comemoração do *Thank's giving day*, por exemplo, e em projetos como os cabazes de Natal, a recolha de roupas, de brinquedos e de livros, sobretudo manuais escolares, para entrega a alunos com carências económicas.

O projeto *Apadrinhamento* de alunos com necessidades educativas especiais por alunos do 9.º ano é exemplo de uma medida ativa de inclusão que contribui para prevenir e reduzir situações de violência escolar e comportamentos de *bullying* e para acompanhar e apoiar a integração dos alunos da unidade de ensino estruturado. No mesmo sentido, os alunos do curso profissional de Técnico de Apoio Psicossocial dinamizam atividades no recreio com os alunos do 1.º ciclo e apresentam peças de teatro.

Os alunos do ensino secundário estão representados no conselho geral, mas não se reúnem para auscultar os seus colegas. Na Escola Básica do Esteval, os delegados de turma reuniram com o coordenador para apresentação de opiniões sobre a escola e de sugestões de melhoria, que mereceram acolhimento e resolução. Contudo, esta prática ainda não se estendeu a todo o Agrupamento, para uma participação efetiva no quotidiano escolar e no processo de melhoria.

Deste modo, foi parcialmente superado o ponto fraco apontado numa das avaliações externas anteriores: “Inexistência de estratégias de auscultação e responsabilização sistemática dos alunos, dificultando o desenvolvimento pleno das competências de cidadania”, pelo que importa promover atividades da iniciativa dos alunos, utilizando para o efeito as assembleias de delegados e a associação de estudantes, potenciando a sua autonomia e corresponsabilizando-os nas decisões que lhes dizem respeito na escola e na comunidade.

É de realçar a ação do *Gabinete de Inclusão e Cidadania* que se focaliza na promoção da cidadania responsável e de comportamentos adequados dos alunos, da saúde e da solidariedade, articulando com docentes e famílias e com várias entidades da comunidade local, o que contribui para a inclusão e formação integral das crianças e dos alunos.

Em relação às medidas disciplinares sancionatórias de suspensão aplicadas aos alunos, nos últimos quatro anos letivos, verifica-se um aumento do número de dias (52; 139; 190; 231) e do número de alunos envolvidos (16; 35; 56; 47). É, por isso, uma questão não resolvida e para a qual importa definir e implementar uma estratégia global partilhada e com a consistência necessária e recurso ao aprofundamento de estratégias de diferenciação pedagógica na sala de aula, de forma a prevenir com eficácia a ocorrência das referidas situações de indisciplina.

O Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde, em articulação com o Centro de Saúde do Montijo e o Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho, aborda temáticas relevantes para a prevenção de comportamentos de risco e para a divulgação de hábitos e de estilos de vida saudáveis, como por exemplo, apoio à gravidez na adolescência, alimentação, educação para os afetos e higiene oral.

O Agrupamento recolhe alguma informação sobre o percurso escolar/profissional dos alunos, após a conclusão dos estudos, nomeadamente com a visita de antigos alunos à escola e daqueles que concluem os cursos profissionais. Todavia, a implementação de um procedimento formal de seguimento dos alunos e o conhecimento do índice de eficácia externa poderão permitir saber qual o impacto das aprendizagens, de forma a refletir e conceber estratégias para melhorar a prestação do serviço educativo, bem como um planeamento mais adequado da rede de oferta formativa.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

No âmbito da presente avaliação externa e em resposta aos questionários aplicados à comunidade educativa, a satisfação de alunos, encarregados de educação e trabalhadores, expressa no predomínio dos níveis de concordância e de concordância total, mostra médias globais relativamente elevadas, designadamente no caso dos pais das crianças que frequentam a educação pré-escolar e dos alunos do 1.º ciclo. No respeitante aos itens “Gosto desta escola/Gosto de trabalhar nesta escola/Gosto que o meu filho ande nesta escola/Gosto que o meu filho frequente este JI”, os níveis de satisfação são mais elevados, sendo o destaque também dos pais das crianças que frequentam a educação pré-escolar e dos alunos do 1.º ciclo.

A composição do Agrupamento, decorrente da agregação em agosto de 2010, é reconhecida pela sociedade local, designadamente pelos pais e encarregados de educação e pelas juntas de freguesia e Câmara Municipal do Montijo, como uma mais-valia para o seu desenvolvimento, pelo que foi aproveitada a oportunidade referida numa das avaliações externas anteriores: “Reestruturação do Agrupamento potenciando o seu desenvolvimento estrutural e pedagógico”.

A ligação e extensão à família, nomeadamente na articulação de atividades curriculares e educativas, são realizadas com a disponibilidade dos docentes na explicação das metodologias utilizadas, facilitando o acompanhamento e apoio dos pais e encarregados de educação aos seus educandos, devidamente reconhecidas por estes.

As práticas desportiva e competitiva são implementadas com a oferta de várias modalidades de Desporto Escolar, o basquetebol, o andebol, a natação e a dança, entre outras, em estreita ligação com a comunidade local, designadamente os clubes desportivos promovendo, por um lado, a integração dos alunos nas estruturas federadas e, por outro, a aquisição de hábitos de vida saudáveis e a motivação para a escola.

O regulamento interno prevê o quadro de mérito e excelência para reconhecer alunos nos domínios cognitivo, cultural, pessoal ou social e da motricidade. Contudo, não têm sido implementados, de forma plena, mecanismos formais de valorização dos resultados e dos desempenhos dos alunos, destacando-se apenas as iniciativas de reconhecimento do mérito desportivo e o incentivo à sua participação em projetos de índole internacional, nacional e regional. Assim, foi parcialmente superado o ponto fraco mencionado numa das avaliações externas anteriores: “Ausência de procedimentos destinados a premiar os alunos com os melhores desempenhos académicos, bem como a avaliar o impacto das aprendizagens”.

O Centro de Qualificação e Ensino Profissional do Agrupamento, reconhecido pela sociedade local, tem em conta o projeto educativo, dando continuidade ao anterior Centro Novas Oportunidades. Deste modo, foi aproveitada a oportunidade indicada numa das avaliações externas anteriores: “A oferta de formação no âmbito das Novas Oportunidades como forma de incentivar a valorização da Escola e das aprendizagens, junto da comunidade”.

A oferta formativa alargada em áreas como a logística, o apoio à comunidade, o apoio psicossocial e a informática, no âmbito dos cursos profissionais e vocacionais, bem como o funcionamento dos cursos de educação e formação de adultos, do Programa Integrado de Educação e Formação e dos percursos curriculares alternativos, têm em conta as características e os interesses dos alunos e respondem, o mais possível, às necessidades locais e regionais. No entanto, as taxas de empregabilidade nas áreas de formação dos seis cursos profissionais, cujos ciclos de formação foram concluídos nos últimos quatro anos letivos, apresentam valores muito baixos (0%; 8%; 20%; 27%), o correspondente a um total de seis alunos.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta

uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Resultados**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A gestão articulada do currículo, assegurada pelos órgãos e estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica, é promovida, essencialmente, nos conselhos de docentes e nos *grupos disciplinares* que discutem as áreas de intervenção prioritárias, as metodologias de ensino e o processo de avaliação das aprendizagens das crianças e dos alunos. Destas oportunidades de reflexão resultam planificações que atendem a alguma articulação curricular e planos de ação dos *grupos disciplinares* construídos com base nas dificuldades identificadas nos testes diagnósticos e posteriormente nos resultados da avaliação interna das aprendizagens.

A interação nos conselhos de turma é, de igual modo, muito facilitadora no acompanhamento dos progressos individuais e do percurso de cada turma, na delineação de estratégias de trabalho coerentes a desenvolver e na rentabilização dos conteúdos comuns às diversas disciplinas, numa perspetiva de articulação horizontal do currículo presente nos planos de grupo/turma, principalmente com as atividades integradas no plano anual. Porém, importa realizar uma abordagem do currículo numa perspetiva mais interdisciplinar, designadamente no ensino básico, através do trabalho desenvolvido nos conselhos de turma para que conduza a uma melhoria dos resultados escolares.

O conhecimento partilhado sobre as orientações curriculares e o currículo do ensino básico e as opções metodológicas dos docentes e dos respetivos departamentos curriculares, em resultado do investimento no trabalho colaborativo entre os docentes destes níveis de educação e de ensino, permitiu superar o ponto fraco considerado numa das anteriores avaliações externas sobre as “limitações na articulação curricular entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo, obstando à sequencialidade das aprendizagens”.

Destaca-se, também, a troca de informações intencionalmente preparada na transição das crianças para o 1.º ciclo, com a transmissão dos dados necessários e com a identificação da progressão das aprendizagens realizada por cada criança, bem como dos seus interesses. É igualmente notória a articulação em termos de atividades do respetivo plano anual e com as bibliotecas escolares, nomeadamente em projetos comuns ao 1.º ciclo da mesma escola do Agrupamento. Assim, sublinham-se práticas de articulação curricular entre docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo no desenvolvimento de atividades com reflexos na contextualização e na sequencialidade progressiva das aprendizagens. Contudo, não há uma formalização sistemática no plano de estudos e de desenvolvimento do currículo.

Por outro lado, as medidas de promoção do sucesso, as diversas ações de formação em contexto realizadas pelos docentes e a implementação das atividades e projetos têm promovido alguma sequencialidade, principalmente no ensino básico. No mesmo sentido, a oferta formativa tem respondido às necessidades dos alunos, quer no que respeita ao percurso regular quer à via de ensino profissional, com a continuidade assegurada no Agrupamento.

Contudo, o desenvolvimento de práticas intencionais, de forma a garantir uma articulação curricular vertical mais consolidada (sustentada em ações e decisões tomadas pelos docentes dos diferentes níveis de educação e de ensino, devidamente avaliadas e que integrem o plano de estudos e de desenvolvimento do currículo), poderia concorrer para que fosse superado, de modo mais consistente, o ponto fraco identificado numa das avaliações externas anteriores sobre “as fragilidades existentes na sequencialidade entre ciclos, designadamente ao nível do 10.º ano”.

Existe, efetivamente, coerência entre o ensino e a avaliação promovida pela avaliação formativa em articulação com as outras modalidades, pela utilização generalizada de grelhas de registo e pela aplicação dos critérios gerais e específicos, o que permite algum reajustamento da planificação para uma melhor gestão do currículo.

Com efeito, as formas de colaboração entre os docentes dos vários níveis de educação e ensino permitiram estabelecer uma dinâmica de partilha de práticas pedagógicas, em especial sobre a eficácia das estratégias implementadas, a criação de materiais de apoio e de instrumentos de avaliação e a monitorização da ação educativa no que respeita ao desenvolvimento das orientações curriculares e do currículo.

PRÁTICAS DE ENSINO

A diversidade e abrangência das atividades que integram o plano anual, coordenado pelo *Gabinete de Avaliação Interna*, têm repercussões positivas na formação integral das crianças e dos alunos e na contextualização do currículo.

A reflexão, em sede de departamento curricular da educação pré-escolar, sobre as questões da prática pedagógica, as opções metodológicas e as áreas de intervenção prioritárias na ação dos educadores, fundamentada na avaliação das crianças e dos projetos desenvolvidos em todas as salas de atividades, com base nas áreas de conteúdo das respetivas orientações curriculares, têm constituído uma mais-valia em diversas dimensões, por exemplo, na adequação das atividades educativas aos ritmos das crianças.

No ensino básico, os projetos *Alicerces*, aplicados à matemática e ao português, implicaram um trabalho colaborativo entre os professores, no sentido de se facilitar a diferenciação pedagógica e conseqüente consolidação das aprendizagens, sobretudo aos alunos que revelaram mais dificuldades. Apesar disto, a implementação de práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula, intencionalmente planeadas, aproveitando a experiência adquirida com os referidos projetos e recorrendo a estratégias de ensino diversificadas, de forma a potenciar a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, afigura-se necessária para assegurar as respostas educativas mais ajustadas, também aos que apresentam melhores desempenhos.

Destaca-se, também, a adequação das respostas dadas aos alunos com necessidades educativas especiais com o envolvimento dos docentes de educação especial e dos apoios educativos, dos titulares e diretores de turma e das psicólogas, em estreita ligação com o *Gabinete de Inclusão e Cidadania*. A eficácia das medidas aplicadas decorre de um trabalho em rede com as famílias e com os parceiros da comunidade, em especial os centros de saúde e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o que tem permitido atingir taxas de sucesso elevadas, ainda que, nos últimos quatro anos letivos, tenham diminuído globalmente, oscilando entre 72% e 100%.

É de salientar, do mesmo modo, o trabalho desenvolvido nas duas unidades de ensino estruturado, no apoio aos alunos, em articulação com o respetivo centro de recursos para a inclusão e na criação de uma sala de *Atividades da Vida Diária* para desenvolvimento da autonomia e de competências básicas e sociais. É, igualmente, possível observar o sucesso obtido na integração/inclusão e na transição de ano ou de ciclo dos alunos que frequentam as unidades de ensino estruturado, resultante de uma intervenção concertada dos docentes, técnicos especializados, pessoal não docente e famílias e de uma avaliação e planificação muito regulares do trabalho a desenvolver.

As potencialidades reveladas pelas crianças e alunos são valorizadas através de eventos locais e regionais promovidos com a exposição dos seus trabalhos, por exemplo, no âmbito da violência doméstica ou das árvores de Natal, com a decoração dos espaços escolares e a participação nos concursos *Pangea* e *Spelling Bee* e em projetos como a *Feira da Saúde* e *Pequenas Pegadas para um Planeta Melhor*.

A dimensão artística e estética é incrementada com a oferta de atividades, como os *Clubes de Teatro* e *Atelier d'Artes* (inclui uma vertente de complemento curricular para os alunos com necessidades educativas especiais), as apresentações de momentos musicais de Natal e de final de ano letivo e de dramatizações por crianças e alunos, bem como as visitas de estudo a museus, idas ao teatro e ao cinema e a realização de exposições temáticas no âmbito das artes visuais. Efetivamente, estes eventos têm promovido a motivação de crianças e alunos para a escola e contribuído para a sua formação integral. Ainda assim, a vertente artística pode ser mais valorizada com o embelezamento dos espaços escolares com trabalhos realizados pelos alunos e, também, na música como forma de facilitar a articulação vertical e horizontal do currículo.

O recurso a metodologias ativas e experimentais não está generalizado no Agrupamento. Assim, urge incrementar a componente experimental para uma atitude positiva face ao método científico e à aprendizagem das ciências ao nível do processo de ensino e de aprendizagem, desde a educação pré-escolar e, especialmente, no ensino básico, com a partilha dos equipamentos laboratoriais que existem na escola-sede.

Assinalada como ponto fraco numa das anteriores avaliações externas, a “Insuficiente supervisão da prática letiva, como estratégia de acompanhamento e desenvolvimento profissional”, tem merecido alguma atenção por parte dos responsáveis. Na verdade, tem sido efetuada de forma indireta após a realização da avaliação dos alunos, através dos pontos de situação sobre o cumprimento dos programas, na autoavaliação dos departamentos curriculares e dos *grupos disciplinares*.

Todavia, importa fomentar a supervisão da prática letiva em sala de aula, designadamente pela direção e pelos coordenadores de departamento curricular e de *grupo disciplinar*, como forma de promover o desenvolvimento profissional através da partilha de experiências e da reflexão sobre a ação a fim de melhorar a prestação do serviço educativo.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

Existem práticas baseadas em referenciais avaliativos comuns, como a construção conjunta de instrumentos de avaliação diagnóstica, formativa e sumativa e critérios de correção idênticos, de forma a aferir os resultados das aprendizagens dos alunos.

Os critérios de avaliação, gerais e específicos, definidos em sede dos departamentos curriculares para cada ciclo de educação e de ensino, para os percursos formativos e por disciplina são transmitidos aos alunos e aos encarregados de educação, no início do ano letivo, e a sua aplicação favorece a fiabilidade do processo de avaliação. Regista-se, também, a adesão à aplicação dos testes intermédios que contribuíram para a aferição do ensino e da aprendizagem. Não obstante, há ainda margem para um reforço das práticas concertadas, nomeadamente no que respeita à generalização da realização de testes comuns e da elaboração de matrizes e sua utilização na regulação do processo de ensino e de aprendizagem.

Na educação pré-escolar o projeto *Pré-alicerces*, iniciado em 2013-2014, visa a (...) *melhoria dos comportamentos em sala de aula, através da compreensão como o espaço está organizado e pode ser utilizado, da autorregulação comportamental e da perceção de um novo contexto e regras escolares (...)*. Reconhece-se que o mesmo deve ser monitorizado e avaliado, de modo a que, no futuro, as referidas práticas venham a ser integradas na rotina da sala de atividades e promovam as interações entre as crianças, nos respetivos grupos e entre pares. Tal deve implicar uma reflexão conjunta entre os docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo sobre as razões e eficácia das respetivas práticas de organização do ambiente educativo, sistema de regras e promoção de autorregulação dos comportamentos.

O Agrupamento procede à monitorização sistemática dos resultados dos alunos que usufruem das medidas de promoção do sucesso escolar, como forma de conhecer a eficácia destas e de as adequar às

dificuldades de aprendizagem detetadas, mobilizando os recursos necessários nomeadamente a sala de estudo, o projeto *Alicerces* no 1.º ciclo (português e matemática), o projeto + *Alicerces* (matemática) e o *Apoio Pedagógico Personalizado* nos 2.º e 3.º ciclos. A análise dos dados relativos aos últimos quatro anos letivos, sobre as taxas de sucesso destes alunos, revelou que se mantiveram aproximadamente constantes nos 1.º e 2.º ciclos e evoluíram no 3.º ciclo, oscilando entre 57% e 88%, o que significa que poderá haver melhoria no trabalho a realizar com estes alunos.

A implementação do projeto *Alicerces* foi desencadeada após a avaliação das medidas de promoção do sucesso escolar existentes até ao ano letivo de 2011-2012 e justificada pelos docentes do departamento curricular com a necessidade de as rentabilizar, organizando-as de acordo com o projeto Fénix e passando o professor de apoio educativo a trabalhar com alunos das várias turmas de 1.º ciclo com níveis de proficiência semelhantes, de acordo com a avaliação diagnóstica realizada.

As medidas de promoção do sucesso desenvolvidas, em especial os projetos *Alicerces*, a ação dos professores titulares de turma e dos diretores de turma em articulação com as famílias, com os técnicos especializados e com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, as ofertas formativas e a intervenção do *Gabinete de Inclusão e Cidadania* não produziram, ainda, o impacto desejado na diminuição do abandono escolar, designadamente no ensino básico. Sublinha-se, nesta rede de apoios ao aluno e à família, o papel do *professor-interlocutor* na recolha das situações sinalizadas e no ágil encaminhamento dos casos identificados, o que revela também uma atuação concertada e consistente com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Em suma, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A visão, a missão e o planeamento encontram-se definidos nos documentos estruturantes, com vista a propiciar a crianças e a alunos uma educação inclusiva e um ensino e uma aprendizagem de qualidade, o que está em consonância, por exemplo, com a atenção dada à educação pré-escolar e à oferta formativa, com o trabalho de qualidade desenvolvido nas unidades de ensino estruturado e com a diversidade e abrangência das atividades desenvolvidas, que têm impacto positivo nas diferentes escolas do Agrupamento.

O projeto educativo, ancorado no projeto de intervenção da diretora, identifica cinco áreas de ação, define objetivos e estabelece estratégias decorrentes de um diagnóstico organizacional que contou, na sua conceção, com a participação da comunidade educativa, destacando-se uma articulação coerente entre este e o plano anual de atividades.

Deste modo, houve evolução relativamente às avaliações externas anteriores, tendo em conta os pontos fracos identificados nos respetivos relatórios: “Fragilidades na conceção dos documentos estruturantes, limitando o seu impacto nas opções pedagógicas e organizacionais do Agrupamento” e “Participação limitada da comunidade educativa na elaboração dos documentos orientadores”.

A liderança da diretora, reconhecida pela sua dedicação e competência, mostra-se aberta, disponível, empenhada e com alguma partilha de responsabilidades, de forma a promover a qualidade e o trabalho motivado dos profissionais. Contudo, urge incrementar a participação e uma maior corresponsabilização das diferentes lideranças na tomada de decisões atinentes ao desenvolvimento da prestação de serviço educativo com a finalidade de melhorar os resultados escolares.

São de salientar o contributo positivo e o empenho do conselho geral, conhecedor da realidade do contexto, que acompanha e avalia a implementação dos documentos estruturantes, com base na autoavaliação, e as estratégias executadas pela direção, de forma a promover a articulação entre os diferentes órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e a desenvolver o seu trabalho para melhorar o sucesso escolar e o funcionamento do Agrupamento.

As parcerias estabelecidas com instituições locais e regionais viabilizam a consecução dos objetivos do projeto educativo e a concretização das atividades do plano anual, como, por exemplo, o projeto *CLDS – Roda Livre* com o Centro Local de Desenvolvimento Social. No mesmo sentido se destaca a qualidade das parcerias celebradas com as juntas de freguesia e com a Câmara Municipal do Montijo, designadamente com a formação em contexto de trabalho dos alunos dos cursos profissionais.

As associações de pais e encarregados de educação participam de modo concertado com os vários órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, com vista a um maior envolvimento no percurso escolar dos seus educandos e na vida do Agrupamento em geral, demonstrado, por exemplo, com iniciativas que têm melhorado as condições físicas e estruturais de alguns equipamentos educativos e com a colaboração no *Gabinete de Avaliação Interna* onde estão representados.

A adesão, nos últimos anos, aos programas internacionais Comenius, Leonardo Da Vinci e, atualmente, Erasmus + tem permitido a mobilidade de professores e de alunos em vários países da Europa, potenciando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e um maior conhecimento da dimensão europeia da educação.

GESTÃO

As práticas organizacionais implementadas pela direção estão suportadas no conhecimento do capital humano e nas prioridades estabelecidas para a ação educativa, afetando os recursos às equipas e aos projetos em curso.

O constrangimento apontado numa das anteriores avaliações externas sobre as “Insuficiências ao nível dos equipamentos educativos, dificultando a resposta às exigências do funcionamento da escola a tempo inteiro e gerando listas de espera na educação pré-escolar” encontra-se parcialmente resolvido, em resultado do esforço concertado entre o Agrupamento e as juntas de freguesia e Câmara Municipal do Montijo, no sentido de dotar as várias escolas dos equipamentos educativos necessários para dar resposta ao seu normal funcionamento.

A gestão do serviço letivo atende ao perfil dos docentes, às características específicas das crianças e dos alunos, em particular nas turmas com casos complexos ou com necessidades de resolução de conflitos, e à continuidade pedagógica, sempre que possível, assegurando um ciclo de estudos. Do mesmo modo, a atribuição da direção de turma tem em conta a continuidade no acompanhamento das turmas até ao final do ciclo, facilitando a integração dos alunos, a utilização da informação sobre o seu percurso escolar e a ligação com as famílias.

A distribuição do pessoal não docente tem como critérios as suas competências profissionais e a adequação à função, bem como as suas preferências, valorizando as pessoas e o seu bem-estar.

É, também nesta perspetiva que se inscreve a promoção do desenvolvimento profissional com formação em contexto, integrada no plano anual de atividades, realizada com o seu capital humano e centrada nas áreas prioritárias identificadas na autoavaliação e na auscultação dos trabalhadores. Nos últimos quatro anos, a formação tem incidido nas áreas científica e didática das diferentes disciplinas e nas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente na sua utilização no processo de ensino e de aprendizagem, para os docentes dos diferentes *grupos disciplinares*. Assim, importa continuar a utilizar

o levantamento de necessidades de formação para o desenvolvimento dos planos de melhoria tendo em conta a sua especificidade.

A própria formação interna de docentes, integrada nos projetos *Alicerces*, privilegia a partilha de estratégias no âmbito das disciplinas de português e de matemática, bem como os *Encontros Pedagógicos* entre docentes do 1.º ciclo. Neste nível de ensino foram identificados os domínios de menor sucesso na avaliação externa das aprendizagens, pelo que as temáticas das ações de formação abordaram especificamente esses conteúdos, com recurso a docentes do Agrupamento. Ainda assim, estas práticas podem ser mais disseminadas aos outros *grupos disciplinares* no sentido de aumentar o trabalho colaborativo entre docentes.

Destacam-se, também, os momentos formativos organizados pelo *Gabinete de Inclusão e Cidadania*, em articulação com as entidades parceiras, nos domínios da literacia financeira e economia doméstica, educação parental, cuidados básicos de vida, consumos e diabetes infantil e epilepsia, entre outras.

As bibliotecas escolares constituem-se como espaços interativos de aprendizagem, que contribuem para o desenvolvimento de competências no âmbito da língua portuguesa, dinamizam projetos e atividades como os *Encontros de Leitura* entre crianças e alunos, a *Biblioteca Itinerante/Móvel*, e o concurso interno de leitura do Agrupamento, promovendo também a participação no Concurso Nacional de Leitura.

A oportunidade assinalada numa das avaliações externas anteriores, “a introdução do Plano Tecnológico na Escola, em fase de implementação, constitui uma oportunidade de melhoria”, não foi totalmente aproveitada, na medida em que algumas escolas básicas não estão suficientemente equipadas com tecnologias educativas, nomeadamente computadores e quadros interativos, com repercussões negativas na utilização de estratégias de ensino diversificadas.

Os circuitos de comunicação e informação interna e externa, com recurso às tecnologias revelaram-se eficazes, nomeadamente a plataforma *Moodle* para a partilha de materiais didáticos e a página na internet para a divulgação de documentos. Todavia, estes circuitos podem ser ainda melhor aproveitados para, de forma estratégica, consolidar uma imagem de qualidade do Agrupamento.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

O processo de autoavaliação está devidamente estruturado e apropriado pela comunidade educativa como o demonstram os relatórios de autoavaliação elaborados pelos diferentes órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica.

A autoavaliação abrange as áreas do funcionamento e da organização do Agrupamento, assenta no diagnóstico organizacional realizado pelo *Gabinete de Avaliação Interna* e utiliza uma metodologia diversificada de recolha de dados, nomeadamente com a aplicação de inquéritos por questionário e da técnica do *focus group*.

Estas práticas, continuadas e abrangentes, são divulgadas à comunidade, com a sua apresentação no V Encontro de Professores e Educadores do Montijo e Alcochete e com a disponibilização permanente, na página do Agrupamento na internet, dos relatórios e documentos de autoavaliação produzidos.

Assim, foi superado o ponto fraco referido numa das avaliações externas anteriores: “A ausência de um processo estruturado de autoavaliação, o que dificulta o autoconhecimento da Escola na sua globalidade e a tomada de decisões”.

O *Gabinete de Avaliação Interna*, que integra representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação e dos alunos do ensino secundário, coordena o projeto de autoavaliação, articula com a direção e envolve a comunidade educativa, num trabalho que incide na avaliação do grau

de execução do plano anual de atividades que operacionaliza o projeto educativo. Todavia, foi reconhecida alguma dificuldade na avaliação das atividades decorrente do seu planeamento, nomeadamente no que respeita ao número de objetivos, aos indicadores de medida e à respetiva monitorização.

Assim, houve alguma evolução relativamente às avaliações externas anteriores, tendo em conta o ponto fraco identificado: “A não hierarquização dos objetivos e a falta de uma definição clara das metas a atingir dificulta a avaliação da eficácia das medidas a implementar”.

Os relatórios anuais de autoavaliação, elaborados pelo referido gabinete com base nos relatórios dos diferentes órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, identificam pontos fortes, fracos e estratégias de melhoria. Contudo, este trabalho não está ainda direcionado para promover a autorregulação através da construção e implementação de planos de melhoria devidamente monitorizados e avaliados, em particular, no que respeita ao processo de ensino e de aprendizagem, de forma a permitir o desenvolvimento sustentado do Agrupamento.

Deste modo, foi parcialmente superado o ponto fraco apontado numa das avaliações externas anteriores: “Abrangência limitada do processo de autoavaliação, indiciando falta de consolidação dos mecanismos de autorregulação e melhoria”.

Em resumo, a ação do Agrupamento tem produzido um impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho do Agrupamento:

- Trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde, abordando temáticas relevantes para a prevenção de comportamentos de risco e para a divulgação de hábitos e de estilos de vida saudáveis;
- Oferta formativa alargada no âmbito dos cursos profissionais e vocacionais e funcionamento dos cursos de educação e formação de adultos, do Programa Integrado de Educação e Formação e dos percursos curriculares alternativos, que têm em conta as necessidades dos alunos e respondem às necessidades locais e regionais;
- Diversidade e abrangência das atividades que integram o plano anual com repercussões positivas na formação integral das crianças e dos alunos e na contextualização do currículo;
- Adequação das medidas de promoção do sucesso escolar aos alunos que têm dificuldades de aprendizagem, com a mobilização dos recursos necessários;
- Promoção do desenvolvimento profissional com formação em contexto, integrada no plano anual de atividades, realizada com o capital humano do Agrupamento e centrada nas áreas prioritárias identificadas na autoavaliação e na auscultação dos trabalhadores;
- Diagnóstico realizado pelo *Gabinete de Avaliação Interna* com a utilização de uma metodologia diversificada de recolha de informação e com a participação de toda a comunidade educativa, possibilitando a sistematização de dados úteis ao desenvolvimento organizacional.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde o Agrupamento deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Análise e reflexão dos resultados escolares centradas na identificação dos fatores explicativos intrínsecos ao processo de ensino e de aprendizagem, possibilitando uma ação estratégica com a construção de planos de melhoria eficazes;
- Articulação vertical do currículo sustentada em ações e decisões tomadas pelos docentes dos diferentes níveis de educação e de ensino, devidamente avaliadas, a integrar no plano de estudos e de desenvolvimento do currículo;
- Implementação de práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula, intencionalmente planeadas, recorrendo a estratégias de ensino diversificadas, de forma a potenciar a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem;
- Promoção da autorregulação através da construção e implementação de planos de melhoria devidamente monitorizados e avaliados, em particular, no que respeita ao processo de ensino e de aprendizagem, de forma a permitir o desenvolvimento sustentado do Agrupamento.

14-05-2015

A Equipa de Avaliação Externa: Carla Grenho, João Nunes e José Verdasca